

CONCURSO PÚBLICO



Cachoeiro

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - ES

DATA: 05 /01 /2008 - SÁBADO /TARDE

CARGO:

S10 - Auditor Fiscal Defesa Consumidor

ATENÇÃO

O **Caderno de Questões** contém 40 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 3 horas, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição de **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas, com falta de nitidez, com mais de uma opção assinalada e as emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. O candidato só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça o documento de identidade e seus demais pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será afixado no mural da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e disponibilizado no site www.concursofec.uff.br, na data estabelecida no Cronograma Previsto.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Terras do sem-fim

Jorge Amado

Os homens vão recuando. Levaram horas, dias e noites, para chegar até ali. Atravessaram rios, picadas quase intransitáveis, fizeram caminhos, calçaram atoleiros, um foi mordido de cobra e ficou enterrado ao lado da estrada recém-aberta. Uma cruz tosca, o barro mais alto era tudo que lembrava o cearense que havia caído. Não puseram o seu nome, não havia com que escrever. Naquele caminho da terra do cacau aquela foi a primeira cruz das muitas que depois iriam ladear as estradas, lembrando homens caídos na conquista da terra. Outro se arrastou com febre, mordido por aquela febre que matava até macacos. Se arrastando chegou e agora ele também recua, a febre fá-lo ver visões alucinantes. Grita para os demais:

- É o lobisomem...

Vão recuando. A princípio devagar. Passo a passo até alcançar o caminho mais largo, onde são menos numerosos os espinhos e os atoleiros. A chuva de junho cai sobre eles, encharcando as roupas, fazendo-os tremer. Diante deles a mata, a tempestade, os fantasmas. Recuam.

Agora chegam à picada, é uma corrida só, atingirão as margens do rio onde uma canoa os espera. Quase respiram aliviados. O que vai com febre já não sente a febre. O medo dá-lhe uma nova força ao corpo alquebrado.

Mas diante deles, parábélum¹ na mão, o rosto contraído de raiva, está Juca Badaró. Também ele estava ante a mata, também ele viu os raios e ouviu os trovões, escutou o miado das onças e o silvo das cobras, também seu coração se apertou com o grito agourento do corujão. Também ele sabia que ali moravam as assombrações. Mas Juca Badaró não via na sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau. Via na sua frente não mais a mata iluminada pelos raios, cheia de estranhas vozes, enredada de cipós, fechada nas árvores centenárias, habitada de animais ferozes e assombrações. Via o campo cultivado de cacauzeiros, as árvores dos frutos de ouro regularmente plantadas, os cocos maduros, amarelos. Via as roças de cacau se estendendo na terra onde fora a mata. Era belo. Nada mais belo no mundo que as roças de cacau. Juca Badaró, diante da mata misteriosa, sorria. Em breve ali seriam os cacauzeiros, carregados de frutos, uma doce sombra sobre o solo. Nem via os homens com medo, recuando.

Terras do sem-fim. São Paulo: Círculo do livro. s.d.

1 - Pistola automática

1. O texto lido retrata fundamentalmente:

- A) Trabalhadores de uma fábrica, cuja matéria-prima era o cacau, que enfrentavam um terrível temporal, até chegarem ao seu local de trabalho.
- B) Arebelião de um grupo de trabalhadores que reivindicava participação nos lucros do comércio de cacau no Estado da Bahia.
- C) Uma marcha de trabalhadores braçais infrutífera, uma vez que a terra da região não era propícia ao cultivo do cacau.
- D) O recuo dos lavradores assustados com a mata virgem, inóspita e destruidora e a presença de Juca Badaró, o patrão, que vislumbrava, apenas, o proveito econômico que iria angariar com a exploração da mata.
- E) O conflito travado entre os próprios trabalhadores por terem objetivos diferentes no trabalho.

2. Em: “Os homens vão recuando.” (1º§), constatamos que a oração apresenta sujeito, o que **NÃO** se pode afirmar, porém, do item:

- A) Existem muitos problemas naquela região.
- B) Haverá sérios assuntos a serem discutidos.
- C) Choveram bênçãos sobre nós.
- D) Onde houveram os alunos tantos livros?
- E) Poderão existir veículos para aluguel.

3. No trecho: “... a febre fá-lo ver visões alucinantes.”, o pronome átono foi devidamente colocado, **NÃO** se podendo, entretanto, verificar o mesmo na opção:

- A) Quando referiam-se a mim, acenavam.
- B) Dir-se-ia que estavam emocionados.
- C) Nunca nos auxiliariam tanto.
- D) Jam emprestar-lhe o material.
- E) Em se tratando do assunto em pauta, nada disseram.

4. Na passagem: “Via o campo cultivado...” (5º§), a regência verbal está de acordo com as normas gramaticais vigentes, o que **NÃO** se verifica em:

- A) O jogo não lhe agradou.
- B) Comuniquei-lhe o incidente.
- C) Cumprimentei-lhe com efusão.
- D) Perdoei-lhe, Paulo!
- E) Redigimos-lhe uma carta.

5. Em: “...as árvores dos frutos **de ouro**...” (5º§), a expressão em negrito apresenta, respectivamente, a classe gramatical e a função sintática de:

- A) locução adverbial / adjunto adverbial de modo;
- B) locução adjetiva / complemento nominal;
- C) locução prepositiva / adjunto adnominal;
- D) locução prepositiva / complemento nominal;
- E) locução adjetiva / adjunto adnominal.

6. No trecho: “Em breve ali seriam os cacauzeiros...” (5º§), a concordância verbal está correta, mas isso **NÃO** acontece na alternativa:

- A) Apresentaram-se o pai e o filho.
- B) Cada um dos responsáveis responderão por seus atos.
- C) Deverão haver livros naquela estante.
- D) Vinte por cento da população participou do debate.
- E) Abraços, beijos, saudações, nada o fez recuar.

7. Em: “...os cocos maduros, amarelos.” (5º§), a concordância nominal está de acordo com as normas gramaticais vigentes, porém tal **NÃO** acontece em:

- A) Elas são pseudo-artistas.
- B) Maria mesmo preparou o doce.
- C) Lemos um e outro livro.
- D) Elas estavam meio aborrecidas.
- E) Compraram cinto e carteira vermelhos.

8. No trecho: "...agora chegam à picada,..." (4º§), o acento indicativo da crase foi bem empregado, mas o mesmo **NÃO** se pode afirmar em:

- A) Referiu-se àquilo com entusiasmo.
- B) Esta é a obra à qual me referi.
- C) Não foi esta a situação à que aludi.
- D) Irei vê-la à uma hora.
- E) Fui à cidade de Santos.

9. Em: "Seus olhos estavam cheios de outra visão." (5º§), a regência nominal está perfeita, o que **NÃO** se pode afirmar, porém, da alternativa:

- A) Este poema não é acessível para todos.
- B) João é bacharel de Direito.
- C) A questão não estava compatível com a matéria.
- D) Ele se manifestou conforme a situação.
- E) Está temeroso de fracassar.

10. No trecho: "Nem via os homens com medo, recuando." (5º§), a pontuação está correta, mas o emprego da pontuação **FERE** as normas gramaticais vigentes em:

- A) "- Crianças, saiam daí!" exclamou a vizinha.
- B) Ele sai agora; eu, logo mais.
- C) Você estuda pintura; eu me dedico à tapeçaria.
- D) E o poeta disse: "-Aliteratura, indubitavelmente, alimenta o espírito."
- E) O Diretor da Secretaria de Transportes Urbanos, concedeu-nos uma entrevista.

11. Na passagem: "**A princípio** devagar." (3º§), a palavra em negrito está corretamente acentuada, pela mesma razão gramatical que a da opção:

- A) elétrons;
- B) bíceps;
- C) país;
- D) bênçãos;
- E) júris.

12. O item em que se verifica **ERRO** no significado dos elementos mórficos destacados é:

- A) **ob** (posição em frente) em obstar ;
- B) **per** (intensidade) em perdurar;
- C) **a** (negação) em anemia;
- D) **anfi** (de um único lado) em anfiteatro;
- E) **apo** (afastamento) em apocalipse.

13. Em: "...**calçaram** atoleiros..."(1º§), a palavra em negrito, semanticamente, em relação ao verbo calçar (pôr sapatos) é:

- A) parônima;
- B) sinônima;
- C) antônima;
- D) homônima;
- E) parônima e sinônima.

14. A opção que apresenta, pelo menos, um **ERRO** de grafia é:

- A) obsessor / obcecado;
- B) indução / compreensão;
- C) excesso / exceção;
- D) extremo / estremecer;
- E) ascensão / extrema-unção.

15. No período: "Atravessaram **rios, picadas...**" (1º§), as palavras em negrito desempenham uma função sintática representada pela oração abaixo:

- A) Convém **que fales mais baixo**.
- B) Parece **que as chuvas virão mais cedo**.
- C) Pedi-me **que enviasse os relatórios**.
- D) Necessitávamos **de que nos dessem explicações**.
- E) Nossa vontade foi **que partissem logo**.

16. O item em que a concordância verbal **NÃO** foi indevidamente construída é o seguinte:

- A) Quais de nós serão premiados?
- B) Mais de um reclamaram da situação.
- C) Fui eu que fez o doce.
- D) Necessitam-se construir estradas.
- E) Cerca de dez pessoas concordava com o aumento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

17. De acordo com a Lei nº 8.078/90 a definição de consumidor é toda pessoa física ou jurídica que:

- A) Adquire e utiliza serviços como destinatário final.
- B) Utiliza serviços ou produtos como destinatário final.
- C) Adquire ou utiliza produto como destinatário final.
- D) Utiliza produto ou adquire serviços como destinatário final.
- E) Adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

18. A alternativa correta que define produto sob a ótica da Lei nº 8.078/90 é:

- A) Qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- B) Atividade fornecida no mercado de consumo.
- C) Bem fornecido no mercado de consumo mediante remuneração.
- D) Atividade distribuída ou comercializada no mercado de consumo.
- E) Qualquer serviço fornecido no mercado de consumo, mediante remuneração.

19. Dentre os direitos básicos do consumidor podemos destacar:

- A) Concessão de estímulos à criação e desenvolvimento de Associações de Defesa do Consumidor.
- B) Manutenção de assistência jurídica integral e gratuita para o consumidor carente.
- C) Criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.
- D) Aeducação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- E) O estudo constante das modificações do mercado de consumo.

20. O fornecedor de serviços responde, independente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como:

- A) pelos prejuízos causados ao consumidor;
- B) pela periculosidade de produtos ou serviços;
- C) por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos;
- D) pela inadequação das informações sobre seu uso;
- E) pela clareza na falta da informação levada ao consumidor.

21. O fornecedor de produtos ou serviços é solidariamente responsável pelos atos de seus:

- A) prepostos.
- B) representantes autônomos.
- C) fornecedores.
- D) prepostos ou representantes autônomos.
- E) prepostos e fornecedores.

22. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais, relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

- A) Estabeleçam preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional
- B) Permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral.
- C) Autorizem o consumidor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato após sua celebração.
- D) Imponham terceiros para concluir ou realizar o negócio jurídico pelo fornecedor.
- E) Subtraíam ao fornecedor o reembolso da quantia paga.

23. Os contratos que regulam a relação de consumo não obrigam os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se:

- A) os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance;
- B) impossibilitarem a declaração de vontade do consumidor;
- C) estiverem redigidos de maneira a dificultar sua compreensão;
- D) garantirem direito de reembolso das quantias pagas;
- E) não estipularem prazo de validade.

24. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou:

- A) solicitará a citação do réu;
- B) deverá impor multa diária ao réu;
- C) determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento;
- D) solicitará ao autor que preste informações antes da citação do réu;
- E) indeferirá o pedido de plano.

25. Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais e homogêneos o Ministério Público:

- A) Quando não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.
- B) É responsável pelo ajuizamento da ação em qualquer hipótese.
- C) É o único responsável pelo ajuizamento da ação.
- D) Pode intervir como fiscal da lei.
- E) Somente poderá propor ação junto das associações legalmente constituídas há pelo menos seis meses.

26. As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular por convenção escrita relações de consumo que tenham por objeto:

- A) Especificar informações detalhadas dos produtos e serviços colocados nos mercados de consumo.
- B) A obrigatoriedade das informações precisas por parte do fabricante nos rótulos e bulas.
- C) Estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.
- D) Determinar todas as características do bem e delimitar os procedimentos para a instauração da reclamação judicial.
- E) Fiscalizar o cumprimento da convenção coletiva por parte dos consumidores e atuar sobre as entidades signatárias.

27. O ajuste celebrado pelo poder público com órgãos e entidades da Administração direta, indireta, entidades privadas, qualificadas como organizações sociais, para lhes ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira, ou para lhes prestar variados auxílios e lhes fixar metas de desempenho na consecução de seus objetivos diz respeito ao:

- A) Ajuste Público.
- B) Convênio Direto.
- C) Contrato de Gestão.
- D) Contrato Público.
- E) Ajuste Administrativo.

28. O ajuste administrativo celebrado por pessoas públicas de qualquer espécie ou realizado por essas pessoas e de outras de natureza privada para a consecução de objetivos dos respectivos interesses comuns caracteriza:

- A) Contrato.
- B) Convênio.
- C) Permuta.
- D) Contrato de Gestão.
- E) Cooperação técnica.

29. O ajuste administrativo celebrado por pessoas públicas da mesma espécie, para a consecução de objetivos de interesse comum dos partícipes configura:

- A) Contrato de Gestão.
- B) Contrato Público.
- C) Convênio.
- D) Ajuste Administrativo.
- E) Consórcio.

30. O controle exógeno do legislativo é exercido mediante atuação do respectivo Tribunal de Contas que:

- A) quando evidenciar qualquer fato de natureza formal deve julgar as contas irregulares mesmo que não resulte dano ao erário;
- B) proferindo uma decisão definitiva terá esta uma qualidade de uma sentença judicial mas com efeito *inter partes*;
- C) deliberando com soberania e em conformidade com a constituição afasta a apreciação do judiciário;
- D) dentre outras matérias julga o ato administrativo relacionado a contratos, ajustes, acordos e renúncias de receitas;
- E) ao julgar as contas atua de forma a apreciar e concluir, implicando também no julgamento do agente público que as determinou.

31. Em relação à Lei nº 8.666/93 nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de:

- A) nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa;
- B) anulabilidade total do ato;
- C) extinção do ato e responsabilidade das partes;
- D) constituição de novo ato com indicação de novos recursos;
- E) nulidade exclusiva do objeto e responsabilidade das partes.

32. Para os fins da Lei nº 8.666/93, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for:

- A) o objeto do contrato;
- B) o ajuste entre as partes;
- C) o acordo de vontades;
- D) a responsabilidade das partes;
- E) a denominação utilizada.

33. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto:

- A) ao segredo do ato;
- B) aos nomes dos proponentes;
- C) ao valor publicado;
- D) ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- E) o autor da proposta licitatória.

34. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros:

- A) independência nacional;
- B) autodeterminação dos povos;
- C) prevalência dos direitos humanos;
- D) garantir o desenvolvimento nacional;
- E) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

35. Dentro dos direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e suas ementas podemos destacar:

- A) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica, de comunicação e escrita independentemente de censura ou licença.
- B) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício, ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter financeiro.
- D) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo mandado judicial.
- E) O Estado promoverá na forma da lei, a defesa do consumidor atendidos os critérios de lei ordinária.

36. Constitui um dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- A) auxílio emprego, em caso de desemprego involuntário;
- B) indenização em caso de desemprego involuntário capaz de atender suas necessidades vitais e básicas;
- C) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- D) décimo terceiro salário com base no último salário recebido;
- E) irredutibilidade do salário, salvo acordo entre as partes homologado pelo sindicato.

37. Compete privativamente a União legislar sobre:

- A) as diretrizes do comércio municipal;
- B) serviços de exportação das empresas com filiais no exterior;
- C) execução e inspeção do trabalho;
- D) desapropriação;
- E) regimento interno e geral da educação municipal.

38. No que concerne ao Município é correto afirmar que reger-se-á por:

- A) Lei Municipal votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços da Câmara Municipal.
- B) Lei Orgânica votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços da Câmara Municipal.
- C) Lei Complementar votada em um turno, com interstício mínimo de sete dias e aprovada por dois terços da Câmara Municipal.
- D) Medida Provisória votada em dois turnos, com interstício mínimo de quinze dias e aprovada por um terço da Câmara Municipal.
- E) Lei Complementar e Orgânica votada em um turno, com interstício mínimo de dois dias e aprovada por um terço da Câmara Municipal.

39. Compete aos Municípios:

- A) complementar apenas a legislação estadual no que couber;
- B) legislar sobre assuntos de interesse geral;
- C) publicar balancetes quinzenais;
- D) organizar os distritos, observada a legislação federal;
- E) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

40. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, **EXCETO** para:

- A) manter a integridade nacional;
- B) suspender o pagamento de dívidas;
- C) garantir o exercício dos Poderes dentro dos Municípios;
- D) repelir a invasão de terras pelos movimentos governamentais organizados;
- E) garantir o comprometimento da ordem pública.